

Sociologia e Filosofia nas Escolas de Ensino Médio: ausências, permanências e perspectivas futuras.

*Renata Saul*¹

*Virgílio de Lima Pereira*²

*Adélia Maria Miglievich Ribeiro*³

*Dalton José Alves*⁴

*Andreza Barreto*⁵

*Andréia Trindade*⁶

*Dante Mendonça*⁷

Resumo

O presente artigo discute a descontinuidade da trajetória do ensino de Sociologia e Filosofia nos currículos do Ensino Médio no Brasil, correlacionando o fato com as concepções de educação formuladas nas diferentes esferas políticas no país. Com a recente lei promulgada em 2008 que garantiu a presença efetiva da Sociologia e Filosofia como disciplinas obrigatórias na matriz curricular do Ensino Médio das escolas públicas e particulares do país, apontaremos alguns desafios que emergem. Apresentaremos, também, a relevância de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, a qual pretende conhecer a realidade vivenciada na prática docente, numa região ainda pouco explorada quanto a essa temática – o Norte Fluminense I.

Palavras-chave: Sociologia; Filosofia; Ensino Médio; Legislação de Ensino

O histórico da implantação das disciplinas Sociologia e Filosofia no Ensino Médio passou por um longo percurso marcado por descontinuidades, ausências, permanências e lutas. Apresentaremos três momentos desse processo, o de institucionalização (fins do século XIX e primeiras décadas do século XX), o de alijamento ou insulamento (década de 1940 a 1980) e o de retorno gradual (de 1980 a 2008);

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela UENF, bolsista do Laboratório de Estudo em Educação e Linguagem na referida universidade.

² Bacharel em Ciências Sociais pela UENF, bolsista do Laboratório de Estudos em Educação e Linguagem na referida universidade.

³ Doutora em Sociologia pela UFRJ/IFCHS, professora do Curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

⁴ Doutor em Educação pela UNICAMP, professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da UENF.

⁵ Graduanda em Ciências Sociais pela UENF, bolsista do Laboratório de Estudos em Educação e Linguagem na referida universidade.

⁶ Graduanda em Ciências Sociais pela UENF, voluntária do Laboratório de Estudos em Educação e Linguagem na referida universidade.

⁷ Graduando em Ciências Sociais pela UENF, bolsista do Laboratório de Estudos em Educação e Linguagem na referida universidade.

discutiremos aqui os obstáculos, os avanços e os desafios desse processo.

Os chamados “anos dourados” das referidas disciplinas ocorreram entre as décadas de 1920 e 1940. Período este em que se verificou um grande volume de publicações que discutiam a temática do ensino de sociologia, visto que a sociologia ocupava um lugar central no desenvolvimento do projeto político do país, que articulava os ideais da ciência, modernidade e educação (SARANDY, 2004). Segundo MAZZA (2002), os anos de 1930 configuraram-se como de extrema importância para o ensino de sociologia em decorrência da reforma de Francisco Campos, em 1931, que garantiu a presença da Sociologia nos cursos secundários, no Curso Normal (pois havia uma grande preocupação com a formação de professores) e na grade curricular dos cursos preparatórios para o ingresso no ensino superior. A sistematização do conhecimento sociológico se deu primeiramente através do ensino secundário, nos manuais didáticos e posteriormente afirmando seu espaço no ensino superior.

Após este momento, com a hierarquização entre o ensino acadêmico e o escolar, a Sociologia em especial voltou-se prioritariamente para a comunidade acadêmica. A crescente precariedade da educação básica e desvalorização do professor ajudaram ainda mais a enrijecer esta estrutura hierárquica e a concentrar a reflexão sociológica em instâncias cada vez mais restritas. Nada pode, contudo, ser avaliado unilateralmente:

No entanto, os estudos no campo privilegiaram o ingresso das ciências sociais nas universidades e nos programas de pós-graduação, chegando mesmo a qualificar o período anterior, justamente o das ciências sociais no secundário, de sua ‘fase pré-científica’. (AZEVEDO, 1969 apud SARANDY, 2004, p.3).

O distanciamento da Sociologia e Filosofia do ensino médio se acentuou com início do novo regime político no Brasil, a Ditadura Militar. Em 1971, em pleno clima de censura e repressão, através da lei nº 5.692/71, essas disciplinas foram retiradas das salas de aula, ao serem deslocadas para a “parte diversificada” do currículo enquanto eram

criadas como disciplinas obrigatórias para substituí-las, constando do chamado “núcleo comum” curricular, aquelas denominadas Educação Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política Brasileira), as quais se valeram exclusivamente como instrumento de doutrinação. Na prática, nenhum diretor de escola ousava, em face da repressão política, a fazer com que fossem ministradas as disciplinas de Filosofia e de Sociologia. Mas o que não pode ser negligenciado é o fato de que, nos anos da repressão, ao serem retiradas a filosofia e a sociologia do núcleo comum dos currículos, o objetivo era padronizar concepções de nacionalidade e de desenvolvimento, não permitindo questionamentos sócio-políticos, culturais e filosóficos. Reflexões acerca do ideal de liberdade que tenderiam a pôr em xeque o regime então instaurado pelo Golpe Militar estavam expurgadas da escola.

Este fato nos permite pensar como as esferas da educação e da política se entrecruzam a todo o momento e em particular como a segunda determina e limita as diretrizes e parâmetros da primeira. ALVES (2002, p.35) complementa o entendimento sobre essa complexa relação entre educação e política:

O ensino escolar no Brasil sempre teve sua estrutura e o seu papel condicionados ao modelo econômico e político vigente em cada momento da história nacional; conseqüentemente, a cada redirecionamento político e econômico havia uma nova reestruturação do ensino escolar, para adaptá-los aos interesses dos ‘novos senhores’ do poder; as mudanças na política educacional instauradas após 1964 são apenas mais um capítulo dessa história.

SILVA (2005) discorre que a Sociologia no ensino escolar brasileiro assumiu distintos papéis em decorrência dos modelos curriculares adotados em cada época. Entretanto, ressalta que os modelos de currículo são derivados das concepções e interpretações que se fazem da relação educação – sociedade – ensino. Para compreender o sentido ou significado de um currículo, o autor recorre às obras de Michael Apple e Bernstein (estudiosos da sociologia dos currículos) que, utilizando o referencial marxista de análise, entendem que os currículos são frutos das “lutas de classes”, que envolvem

diversas esferas sociais, como o poder político e científico. Nas palavras de SILVA (2005, p.6): *“os currículos são a materialização das lutas em torno de que tipo de educação que os grupos sociais desejam implementar na sociedade”*.⁸

Desse modo, para entender as ausências e permanências da Sociologia assim como da Filosofia no ensino, há de se observar e pontuar os modelos curriculares e as concepções de educação e de sociedade que predominaram no Brasil. (SILVA, 2005)

O currículo Clássico-Científico (final do século XIX e primeiras décadas de do século XX) tinha como traço marcante a presença das disciplinas com prioridade para o ensino de conteúdos tradicionais; um resquício ainda da tradição jesuítica. Nos momentos em que a Sociologia se fez presente neste tipo de currículo - disputada pelas influências do positivismo, liberalismo e catolicismo- tinha como principal objetivo fazer referências e dar ênfase às idéias de “nação” e “modernização”, pois o período republicano proferia o discurso de eliminação do atraso deixado pelo Império.

Já no segundo modelo curricular, identificado como Tecnicista adotado pelo regime militar, as disciplinas perderam os seus lugares porque elas passaram a ser agrupadas em “regiões de conhecimento”. Nesse tipo de currículo a Sociologia e a Filosofia – as ciências humanas em geral – perderam a sua importância, “desaparecendo” das salas de aulas, sobretudo, quando entrou em cena a já referida Educação Moral e Cívica (E.M.C.), a qual figurava como disciplina obrigatória. Neste caso, privilegiava-se a inclusão das disciplinas obrigatórias, em detrimento das optativas, sob a alegação de que não seria conveniente sobrecarregar o

⁸ Sem negar a discussão contemporânea sobre a capacidade de se reconhecer “classes sociais” na modernidade contemporânea, outros autores críticos ao materialismo histórico e dialético, tal como Pierre Bourdieu, nem por isso deixam de sinalizar para a Educação como um “campo político” onde a Escola tem, por excelência, um papel reprodutor das desigualdades sociais. A possibilidade de subversão do poder instituído num campo social exige uma acumulação de capital simbólico por parte de grupos subalternos que possa fazer frente ao *status quo*. Cremos que o exemplo da exclusão e recente re-inclusão das disciplinas Sociologia e Filosofia como obrigatórias no ensino médio não poderiam, isoladamente, traduzir uma nova prática escolar mais afinada com o saber crítico e, portanto, contestador de certos pressupostos de “classificação social”. Ainda assim, vemos como uma mudança no “jogo” que, na lógica de Bourdieu (vide O Poder Simbólico), tende a dar outra movimentação aos “jogadores”.

currículo com disciplinas equivalentes. Além disso, as disciplinas de ciências naturais ganharam *status* superior na educação de nível básico sob a justificativa de sua aplicação no setor tecnológico.

O ensino carregava consigo o caráter profissionalizante (uma pedagogia construída pela parceria do MEC/USAID)⁹ voltada preferencialmente para formar pessoal técnico e atender às exigências do mercado capitalista: mão-de-obra qualificada e de baixo custo.

Visando formar quadros, ou melhor, mão-de-obra barata para preencher as categorias ocupacionais das empresas em expansão, especialmente as multinacionais que aqui se instalaram, reorganizaram-se os currículos escolares segundo o modelo tecnicista, sobretudo os do nível secundário, com vistas a formar indivíduos executantes de idéias apropriadas do exterior, em vez de formar pesquisadores e pessoas criativas a partir da realidade nacional. (ALVES, 2002, p. 37)

Vieram os anos 1980 que inauguraram um período de redemocratização política. Uma reforma educacional passou a ser pensada e articulada pelos movimentos educacionais organizados, a qual levou à apresentação de diversas propostas político-pedagógicas de reformulação dos aspectos considerados retrógrados do currículo do ensino escolar do período ditatorial. Após a promulgação da lei n° 7.044/82 esta situação se alterou e surgiram novos modelos de currículo, mais próximos do Currículo Científico, que desobrigava os estabelecimentos de ensino secundário da profissionalização compulsória. A escola secundária passa a ser pensada como um lugar para se trabalhar também a cultura geral e não apenas para se executar técnicas. Nesta perspectiva, vários movimentos reivindicaram a introdução da Sociologia e da Filosofia no currículo como disciplinas obrigatórias.

Desse modo, elas foram introduzidas gradualmente no currículo do ensino secundário, primeiramente no Estado do Rio de Janeiro, em caráter obrigatório, no ano de 1989, em texto da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, mediante a luta da APSERJ (Associação Profissional

⁹ MEC – Ministério da Educação e Cultura / USAID – United States Agency for International Development.

de Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro), ainda que à Sociologia fosse concedida de maneira convincente - pelo menos 1(um) tempo semanal - no terceiro ano do nível médio e, depois, em alguns outros estados, a disciplina era incluída, porém, com caráter optativo. Neste período a obrigatoriedade dessas disciplinas veio de cima para baixo, por decreto e segundo os historiadores desse período, as organizações não foram ouvidas ou chamadas para se tomar essa decisão.(ALVES, 2002). Proliferavam no Brasil os movimentos e as lutas pela obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e de Filosofia em âmbito nacional, tal como se pôde constatar no trabalho de sucessivas diretorias da FNS (Federação Nacional dos Sociólogos) e SEAF que ocupava desde de 1975 até 1984, posto de destaque em nível nacional nesta luta, através da organização dos ENDEF (Encontro Nacional de Departamentos de Filosofia), com representação em todo o território nacional. .

Ao mesmo tempo em que a Assembléia Nacional Constituinte era organizada e posteriormente se promulgava a nova Constituição da República Federativa do Brasil, no ano de 1988, é o período, também, que surge as primeiras propostas e discussões tendo em vista a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Vários conflitos ocorreram em virtude dos interesses opostos dos grupos sociais. Foram vários projetos de lei apresentados ao longo dos anos que atravessaram vários governos e finalmente em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº. 9.394/96, sob a influência de uma ideologia neoliberal; em vigor até hoje.

A nova LDB preconiza a organização de um currículo para a educação básica dividido por áreas de conhecimento, habilidades e competências, tais como à adotada nos Parâmetros Curriculares Nacionais: “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”; “Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias”; “Ciências Humanas e suas Tecnologias”.

A Sociologia e a Filosofia são mencionadas nos PCN na parte referente às “Ciências Humanas e suas Tecnologias”, porém, tal como

na LDB, elas não foram contempladas como disciplinas principais ou obrigatórias da área. De acordo com ALVES (2002), a presença da Sociologia e da Filosofia no currículo poderia ser dita como indefinida, pois a LDB mencionava-as como conhecimentos que deveriam ser trabalhados em todas as outras disciplinas permeando o cotidiano escolar, prevendo-se que, ao final do ensino médio, o educando deveria dominar os respectivos conhecimentos; o que se constituiu num verdadeiro paradoxo, pois, na prática não havia nenhuma garantia delas estarem sendo ensinadas. Desse modo, o ensino das disciplinas ficou dependente da decisão dos Estados e da direção das escolas e, em muitos casos, quando ministradas, era por docentes com formação em diferentes áreas que não a de Sociologia ou a de Filosofia propriamente dito.

As lutas em prol da obrigatoriedade das disciplinas não cessaram. O Congresso Nacional, em 2001, aprovou a inclusão das disciplinas e estas foram vetadas pelo então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo. Hoje, o cenário político educacional após uma caminhada pela conquista deste espaço, reabre a arena de debate, do que tem sido representativamente e factualmente a presença dessas disciplinas nas escolas.

Em 8 de maio de 2008, a inclusão da disciplina nos três anos do ensino médio se tornou lei federal, aprovada pelo Senado e sancionada, em 2 de junho, pelo Presidente da República em exercício, José de Alencar. O fato foi comemorado nacionalmente pelos diversos sociólogos e filósofos e suas entidades representativas. Sem dúvida, isto não encerra o debate, mas o amplia, na medida em que se discutem o papel das disciplinas na formação dos discentes, os objetivos em torno dela, a formação e atuação dos docentes na sala de aula, na escola, na comunidade. Sociedade científica e departamentos universitários reúnem-se ao debate, a exemplo do *I Encontro Estadual de Ensino da Sociologia do Estado do Rio de Janeiro*, na Faculdade de Educação da UFRJ; bem como a realização do *XIII Encontro Estadual de Professores de Filosofia do Rio de Janeiro*, na UERJ, organizado pela SEAF-Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas e o Departamento de Filosofia da

UERJ. Associações profissionais retomam o fôlego e aprofundam a parceria com as universidades e cursos, a exemplo da APSERJ, também no Estado do Rio de Janeiro. Ampliam-se os espaços de debates nacionalmente, o que pode ser verificado também no empenho da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e de sua Diretoria e Comissão de Ensino.

Não se trata de um debate sobre os programas dos cursos apenas, mas sobre políticas educacionais, visto que a realidade educacional do país sempre foi questão séria e urgente. Há de se perceber como a Sociologia e, também, a Filosofia podem somar na luta por uma escola de qualidade em nosso país. A temática extrapola as questões corporativas, tal como a ampliação do mercado de trabalho para os formados nos respectivos cursos superiores, ainda que se tenha em mente que o docente a assumir a regência das disciplinas deva ser aquele licenciado para tal nas citadas disciplinas. Eis que a discussão implica, também, a revisão do bacharelado e da licenciatura em Ciências Sociais (Sociologia) e em Filosofia.

Ainda é efervescente o tema do tempo destinado às disciplinas dentre as outras do currículo, seu peso e papel na formação do aluno, frente às exigências do um mercado de trabalho. Também, enquanto reina sobre a escola e seus conteúdos curriculares o “vestibular” como forma de ingresso nos cursos superiores, um sistema de avaliação de conhecimentos sabidamente oposto ao do estímulo ao “aprender a pensar”. A presença da Sociologia e da Filosofia no campo escolar derivará de uma luta por reconhecimento entre gestores, professores, alunos e comunidade.

Diante do cenário atual, estamos realizando uma pesquisa¹⁰ – que acreditamos – nos permitirá criar um entendimento, uma visão panorâmica da situação das disciplinas no Estado do Rio de Janeiro, para então, retomar o que entendemos que se trata este debate: as políticas educacionais.

¹⁰ A pesquisa se refere ao projeto “Filosofia e Sociologia nas escolas estaduais da Região Norte Fluminense I: capacitação e atualização de docentes” que está sendo desenvolvida na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro sob orientação do prof. Dr. Dalton Alves e da prof^a. Dr^a. Adélia Miglievich.

O recorte desta pesquisa é a Região Norte Fluminense I, que compreende as regiões de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, onde pretendemos conhecer o perfil dos professores e como vêm sendo ministradas as aulas de Sociologia e de Filosofia. Contamos com o apoio da Coordenadoria Regional de Educação do Estado, da direção das escolas e dos professores regentes, bem como com o financiamento da UENF/PROEX para as “bolsas” dos pesquisadores e estudantes vinculados ao projeto. Temos o objetivo de identificar as necessidades levantadas pelo professor, saber as suas práticas pedagógicas e com isso, fornecer à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, à UENF, às associações científicas e profissionais dados que dizem respeito às demandas e desafios na região.

Como um dos fundamentos de um trabalho de extensão é levar o conhecimento produzido na Universidade para além de seus “muros”, ou seja, a democratização do conhecimento; e também conectar a comunidade ao meio acadêmico, este projeto planeja um Curso de Atualização e Capacitação de docentes de Sociologia e Filosofia na região.

Disciplinas que há um tempo estavam adormecidas no Ensino Médio estão sendo despertadas, reconhecendo-se e entrando em relação com as demais, para a formação mais completa do aluno do ensino médio. Faz-se necessário que sejam reconhecidas às especificidades do caráter da formação do ensino médio, bem como as características próprias da filosofia e da sociologia para que dialoguem, da melhor forma possível com as demais disciplinas, pois, de acordo com a LDB/96, artigo 36, § 1º, inciso III, tais disciplinas devem contribuir para “o exercício da cidadania”.

Todavia, o consenso inexistente. Por exemplo: no jornal *Correio do Povo*, 16 de abril de 2007, a então Secretária de Estado de Educação do Governo do Estado Rio Grande do Sul entendeu a obrigatoriedade das disciplinas como “imposição” e não como conquista histórica dos sociólogos e filósofos. A secretária estadual, Mariza Abreu, entende que as disciplinas deveriam ser tratadas de forma transversal, como garantia

a LDB. O argumento da secretária é transmitido na reportagem: “*Ela vê maior preocupação e carência curricular em outras áreas, como ciências exatas, para que o cidadão acorde para problemas graves, entre eles o efeito estufa*”.

Concordamos em parte com Mariza Abreu. O “efeito estufa” é, sem dúvidas, um problema grave. Mas, também, são problemas graves a violência no campo e na cidade, a exclusão social, as desigualdades econômicas, também as desigualdades de gênero, por exemplo; a nossa frágil democracia, o “não-pensamento”, a “banalidade do mal” que permitem, inclusive, que numa sociedade as pessoas contribuam para a degradação da natureza. Estas são áreas de domínio da sociologia e da filosofia.

Pois bem, a antes *presença inócua* (ALVES, 2002) da Sociologia e da Filosofia, dado o caráter ambíguo da LDB, outrora estabelecido, requer hoje, a presença real, garantida por lei, na forma de disciplinas, com seus professores e seu “tempo” numa escola que ainda se organiza disciplinarmente. Isto é, a demarcação do campo escolar por disciplinas ainda se faz necessária, mesmo que isto possa ser futuramente questionado para todos os conhecimentos e não somente para a Sociologia e a Filosofia, como parecia querer fazer crer o antigo texto da LDB de 1996.

A formação no ensino médio tem também como meta despertar no discente a futura profissão que ele deseja seguir. A educação proporcionada ao aluno pelo conhecimento das disciplinas Sociologia e Filosofia, trabalha de modo específico com a capacidade de agir e interagir no mundo buscando compreensão da ação exercida, procurando estabelecer uma reflexão sobre os temas da responsabilidade, liberdade, ética, cidadania, ideologia e política.

Se pensarmos numa educação que pretende formar um indivíduo mais consciente e reflexivo, não podemos negligenciar a organização do conteúdo disciplinar e metodológico. Há de se pensar com cuidado *o quê* e de forma clara, *como* será composto o plano de curso dessas disciplinas. Por isso, é relevante enquanto prática pedagógica, fazer ligações do conhecimento sociológico e filosófico com a realidade do

aluno e desse modo permitir que aluno pense e assuma a posição de sujeito do meio social do qual ele faz parte.

Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la. (FREIRE, 1980, p.35 apud RAIZER et alli, 2008)

Agora, com a obrigatoriedade do ensino de sociologia e de filosofia nas três séries do ensino médio, o desafio reside na reelaboração didático-metodológica do conhecimento teórico adquirido na “academia” para o trabalho de ensinar e aprender filosofia e sociologia na educação básica, mais do que o receio de que a sala de aula se transforme em púlpito político, tal como alguns insistem em temer. MEIRELES (2008) destaca que para essas disciplinas fazerem realmente sentido para um público que não é da área será necessário antes, realizar uma espécie de adaptação didático-pedagógica do conteúdo, sem recair no senso comum. A particularidade e importância da Sociologia e da Filosofia para o ensino médio está, ao nosso ver, na desconstrução das pré-noções socialmente constituídas e reproduzidas e no estímulo a um pensamento crítico. Daí a relevância de estarmos realizando o referido projeto de extensão. Acreditamos formar, no diálogo Universidade-Escola, uma rede de saberes e discussões visando a uma prática (e troca) eficaz, consciente do exercício das referidas disciplinas no ensino médio. Trata-se da formação crítica dos docentes de nosso país, garantindo já o tão citado objetivo da LDB 9.394/96, artigo 36 § 1º, inciso III, que as disciplinas devem contribuir para que ao final da educação básica o aluno demonstre o domínio daqueles conhecimentos considerados fundamentais e “*necessários ao exercício da cidadania*”.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, D. J. *A Filosofia no Ensino Médio – ambigüidades e contradições na LDB*. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 4ª ed., 2001.

MAZZA, D. A história da Sociologia no Brasil contada pela ótica da Sociologia da Educação. In: TURA, M. L. R. (org). *Sociologia para educadores*. Rio de Janeiro: Quartet, 2ª edição, 2002.

MEIRELES, M.; RAIZER, L.; PEREIRA, T. I. et alli. Pensando o fazer docente do professor de sociologia: elementos para a construção de um referencial crítico de análise. Disponível em <http://www.ufrgs.br/laviecs/biblioteca>. Acesso em julho de 2008.

RAIZER, L.; MEIRELES, M.; PEREIRA, T. I. Escolarizar e/ou Educar? Os desafios da obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. Disponível em <http://www6.ufrgs.br/laviecs/biblioteca>. Acesso em julho de 2008.

SARANDY, F. M. S. *A Sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ (Outubro) 2004.

SILVA, I. F. A Sociologia no Ensino Médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2005, Belo Horizonte.